

CONSIDERAÇÕES SOBRE O TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA DA SUINOCULTURA NA REGIÃO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE

Cláudio Rocha de Miranda¹, Letícia Paludo Vargas², Aissara Gabrielle Suzin³, Rosani Marisa Spanevello⁴

RESUMO – O presente artigo apresenta o resultado parcial de um levantamento de avaliação do TAC, realizado no ano de 2010, junto às propriedades suínolas signatárias do TAC na microrregião do Alto Uruguai Catarinense, com o objetivo de avaliar a efetiva implementação das medidas corretivas estabelecida no Termo. A pesquisa foi realizada através de visitas realizadas em setembro de 2010 a 58 produtores, selecionados a partir de plano amostral representativo. Para o plano amostral duas condições básicas foram seguidas: 1) em todos dezenove municípios deveriam ser visitados produtores; 2) o tipo de relação contratual dos suinocultores deveria ser considerado. Para a média dos suinocultores esses gastos com adequações ambientais são considerados expressivos, haja vista que a remuneração da atividade é considerada pequena. O TAC foi considerado de grande importância para cerca de 70% dos entrevistados. Para alguns suinocultores, o TAC está servindo como uma espécie de prorrogação do prazo, durante o qual os suinocultores estão aproveitando para fazer a depreciação máxima das instalações. Nas propriedades visitadas, constatou-se que está sendo feito o isolamento das áreas de mata ciliar e a averbação da reserva legal, mas constata-se que tal prática está sendo realizada de forma burocrática. O envelhecimento dos suinocultores é um fato incontestável, percebendo-se poucas propriedades onde existem possíveis sucessores. Considerando-se as ações que estão sendo implementadas, constata-se que o Termo estimulou a realização de inúmeras melhorias ambientais nas propriedades. Além disso, proporcionou a segurança necessária para que os suinocultores pudessem continuar produzindo. Todavia, percebe-se a necessidade de que as medidas previstas estejam associadas ao efetivo acompanhamento técnico e educativo, pois algumas medidas estão sendo cumpridas de forma meramente burocrática, haja vista que muitos produtores não entendem a importância ambiental do cumprimento dessas exigências da legislação.

Palavras-chave: Legislação ambiental, meio ambiente, tratamento de dejetos.

CONSIDERATIONS FOR THE ADJUSTMENT OF SWINE PRODUCTION CONDUCT IN THE ALTO URUGUAI CATARINENSE

ABSTRACT – This paper presents a partial survey of the SPC evaluation, conducted in 2010, with swine signatory to the properties of the SPC in the microregion of Alto Uruguai Catarinense, in order to evaluate the effective implementation of corrective measures established in the Term. The survey was conducted through visits in September 2010 in 58 farmers, selected from representative sampling. For the sampling plan two basic conditions should be followed: 1) in all municipalities nineteen producers should be visited, 2) the type of contractual relationship of the pig farmers should be considered. For the average pig farmer environmental adaptations such expenses are considered significant, given remuneration of the activity is considered small. The SPC was considered of great importance for about 70% of respondents. For some pig farmers, the SPC is serving as a sort of extension of time in which the pig farmers are taking advantage to make the maximum depreciation of facilities. In the farms visited, there was being done isolation of the areas of riparian and annotation of the legal reserve, but it appears that such practice is being conducted in a bureaucratic way. The aging of pig farmers is an indisputable fact, perceiving

¹ Engenheiro Agrônomo, D.Sc. em Gestão Ambiental, pesquisador da Embrapa Suínos e Aves, Concórdia, SC e Membro da Câmara de Educação e Comunicação do TAC. e-mail: miranda@cnpa.embrapa.br

² Graduanda em Zootecnia, UFSM/CESNORS, Estagiária Embrapa Suínos e Aves, Concórdia-SC. e-mail: leticiavargas@zootecnista.com.br

³ Graduanda em Engenharia Ambiental, UnC-Concórdia-SC, Bolsista CNPq, Embrapa Suínos e Aves. e-mail: aissarasuzin@yahoo.com.br

⁴ Professora Doutora do Departamento de Zootecnia do CESNORS/UFSM - Palmeira das Missões, RS. e-mail: rspanevello@yahoo.com.br



few properties where there are possible successors. Considering the actions that are being implemented, it appears that term led to the development of numerous environmental improvements on farms. Furthermore, provided the necessary security for the pig farmers continue producing. However, it can be perceived the need for the measures envisaged are associated with effective monitoring and technical education, since some measures are being met, as merely bureaucratic, given that many producers do not understand the environmental importance of compliance with these legal requirements.

Keywords: Environment, waste treatment, environmental legislation.

1. INTRODUÇÃO

A suinocultura catarinense envolve aproximadamente 12 mil suinocultores em escala comercial e outros 12 mil com produção de subsistência; possui um rebanho permanente de 6,2 milhões de cabeças; é responsável por 25% da produção nacional; produz 0,7% da produção mundial e participa com 28% das exportações (ACCS, 2009).

Além disso, destaca-se pelos elevados índices de produtividade obtidos tanto na fase da produção dos animais quanto na fase do abate e processamento industrial, pela reconhecida qualidade sanitária do seu plantel e custos menores do que outros tradicionais países produtores.

A produção de suínos é uma atividade tradicional das regiões rurais catarinenses, especialmente no oeste do estado. Nesta região, a suinocultura foi a força propulsora do desenvolvimento econômico e social, que se consolidou efetivamente na década de 1970, com a implantação do sistema integrado de produção, vinculando de forma decisiva produtores e agroindústrias (Guivant & Miranda 1999).

Em que pese a importância econômica e social, a atividade suinícola é considerada, do ponto de vista ambiental, como altamente poluente. A problemática reside na dificuldade de se fazer o manejo ambientalmente adequado dos dejetos que são gerados nos sistemas confinados de produção. Atualmente, a forma predominante de manejo dos dejetos é o seu emprego como fertilizante orgânico das áreas agrícolas. Todavia, na maior parte da região Oeste Catarinense as propriedades possuem

reduzida área agrícola em condição de realizar a reciclagem dos dejetos sob a forma de fertilizante. Em razão destas condições, avaliações preliminares indicam que apenas 15% dessas propriedades possuem metodologias de manejo através da valorização e tratamento dos dejetos; o restante é destinado ao meio natural, degradando os recursos hídricos (Belli et al., 2001).

O comprometimento do meio ambiente devido ao manejo inadequado dos dejetos suínos é considerado um dos mais sérios problemas ambientais do estado de Santa Catarina. Em função disso, principalmente desde meados da década de oitenta, diversos programas e iniciativas têm sido realizados com o objetivo de enfrentar o problema ambiental decorrente da atividade suinícola, todavia os resultados tem sido insuficientes para enfrentar o problema em toda a sua magnitude. A mais recente dessas iniciativas foi a proposição pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina de um Termo de Ajustamento de Condutas (TAC) da suinocultura da microrregião do Alto Uruguai Catarinense, haja vista que é nessa região que se concentra a maior produção de suínos do estado. O TAC foi assinado na data de 29 de junho de 2004 e envolve, além de aproximadamente dois mil suinocultores, agroindústrias, órgãos ambientais⁵, prefeituras dos municípios, associações⁶, instituições de pesquisa e extensão⁷, e outros órgãos públicos. O objetivo do Termo é permitir que suinocultores se ajustem à legislação ambiental de forma gradual, permitindo assim que a proteção do meio ambiente ocorra sem a exclusão social dos produtores da atividade (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2004).

⁵ Consórcio Lambari, Fundação do Meio Ambiente - FATMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

⁶ Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC, Associação Catarinense de Criadores de Suínos - ACCS.

⁷ Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA - Suínos e Aves



O presente artigo apresenta o resultado parcial de um levantamento de avaliação do TAC, realizado no ano de 2010, junto às propriedades suinícolas signatárias do TAC na microrregião do Alto Uruguai Catarinense, com o objetivo de avaliar a efetiva implementação das medidas corretivas estabelecidas no Termo.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada através de visitas realizadas em setembro de 2010 a 58 produtores, selecionados a partir de plano amostral representativo de um universo de 930 produtores signatários do TAC. Para o plano amostral, duas condições básicas foram seguidas: 1) em todos dezenove municípios deveriam ser visitados produtores; 2) o tipo de relação contratual dos suinocultores deveria ser considerado, ou seja: a) produtores integrados às grandes agroindústrias; b) cooperativas; c) pequenas agroindústrias ou sem vínculo contratual para a entrega da produção.

Os dados foram coletados através de vistas realizadas às propriedades dos suinocultores selecionados, ocasião na qual os membros do Comitê Regional da Suinocultura, composta na ocasião por representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Suínos e Aves, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS), aplicavam um questionário com dezenove questões fechadas abordando diferentes aspectos relacionados à atividade suinícola, especialmente ao TAC.

Concomitantemente ao preenchimento do questionário, os entrevistadores seguiam um roteiro de perguntas abertas e observações que visava complementar e qualificar os dados obtidos pelo questionário. Por exemplo, quando se perguntava se o produtor havia realizado a recuperação da área de reserva legal, solicitava-se que ele a mostrasse para que a qualidade da mesma pudesse ser avaliada. Essas observações eram registradas no verso da folha do questionário e foram compartilhadas em reunião de avaliação realizada no final dos trabalhos. Como todos os entrevistadores eram pessoas conhecedoras da realidade regional e com experiência nas questões técnicas da atividade, as entrevistas permitiram uma visão abrangente e qualificada do andamento do TAC.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A média de suínos por propriedade foi de 550 animais e a área média das propriedades de 21 ha, dos quais cerca de 15 ha são aptos, segundo os informantes, para a aplicação dos dejetos suínos. Por sua vez, quando se associa a média de cabeças de suínos à produção de dejetos e à área agrícola disponível para a realização da reciclagem dos dejetos, constata-se que existe um déficit de área agrícola em condições de reciclar adequadamente os dejetos produzidos. Exemplificando, a produção média anual de dejetos estimada para um plantel de 550 suínos em terminação é de aproximadamente 1.300 metros cúbicos por ano, o que representa uma média anual de 86 metros cúbicos por ano, ou seja, valores muito acima dos 50 metros cúbicos/ano estabelecidos pela legislação ambiental de Santa Catarina. Esse déficit de área agrícola obrigou que a maioria dos suinocultores estabelecesse contratos formais de cedência dos dejetos para agricultores vizinhos, todavia em muitos casos esses contratos acabam sendo meramente burocráticos, haja vista que os dejetos não são efetivamente transferidos para contratantes, seja porque os produtores acreditem que o valor legal (50 metros cúbicos) seja muito pequeno, seja porque essa transferência represente maiores custos para atividade.

O valor médio despendido pelos suinocultores para fazerem os ajustes ambientais exigidos pelo TAC é de R\$ 5.254,00, sendo o menor valor de R\$ 300,00 e o maior valor R\$ 20.000,00. Para a média dos suinocultores esses gastos são considerados expressivos, haja vista que a remuneração da atividade é considerada pequena. Nesse sentido, a pesquisa de Perdomo et al. (2001) mostra que um dos maiores problemas para a adequação das propriedades às exigências da legislação é que as ações para a melhoria da qualidade do ar, e a redução do poder poluente dos dejetos de suínos a níveis aceitáveis, requerem investimentos significativos, normalmente acima da capacidade de pagamento do produtor.

Para os produtores, signatários do Termo de Ajustamento de Conduta, entrevistados na presente pesquisa, o mesmo foi considerado de grande importância para cerca de 70%. Os fatores que justificam essa aprovação do Termo estão relacionados principalmente aos prazos oferecidos para que as adequações ambientais pudessem ser realizadas, bem como pelo auxílio creditício

que foi oferecido pelas empresas integradoras, através do sistema de equivalência de produto, muito embora o número de produtores que tenham utilizado desse benefício tenha sido pequeno.

Os resultados dessa pesquisa ainda mostram que existem muitas propriedades antigas e com problemas de inadequação, mas os produtores não estão interessados em construir instalações novas. Assim, aproveitam o prazo de vigência do TAC para continuarem produzindo, embora não tenham perspectivas de permanecerem na atividade. Nesse sentido, o TAC está servindo como uma espécie de prorrogação do prazo, durante o qual os suinocultores estão aproveitando para fazer a depreciação máxima das instalações.

O TAC estabelece diversas regras a serem cumpridas pelos seus signatários, destacando-se como um dos pontos mais importantes a necessidade da recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APPs), localizadas nas áreas do entorno de fontes e rios existentes nas propriedades, bem como da averbação da área de reserva legal, as quais deveriam ser realizadas no prazo máximo de 24 meses após a assinatura do Termo (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2004).

Nas propriedades visitadas, constatou-se que está sendo feito o isolamento das áreas de mata ciliar, mas constata-se que tal prática está sendo realizada de forma burocrática, pois não se percebem maiores preocupações com as condições do desenvolvimento da vegetação nestes locais e, muitas vezes, é possível se constatar que ao redor das áreas de mata ciliar o processo de erosão dos solos agrícolas é muito intenso, principalmente quando essas áreas são destinadas ao pastoreio.

No que diz respeito à averbação da reserva legal, constata-se que a mesma foi encaminhada pela maioria dos entrevistados, entretanto, eles não sabem informar se a mesma foi efetivamente averbada na escritura. Existe uma grande desinformação em relação a esse assunto, pois muitos produtores acreditam que o fato de terem pago o projeto técnico para definição da área de reserva e o seu protocolo junto à Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA) seja condição suficiente, quando na verdade o processo legalmente só se concretiza com a efetiva averbação em cartório. Assim, muitos produtores ainda estão inadimplentes em relação a esse quesito, muito embora a maior responsabilidade por esse aspecto possa ser creditada à FATMA, quer pela sua morosidade em deferir os pedidos,

quer pela deficiência de comunicação com os interessados.

Além disso, os entrevistados criticam os valores cobrados pelo projeto técnico de averbação e as demais taxas (aproximadamente R\$ 600,00), que são consideradas onerosas, bem como sua insatisfação no cumprimento de uma exigência que é considerada descabida, pois comentam que essa é uma área que está sendo “*dada para o governo*”.

Para os suinocultores, o dia de campo realizado durante o andamento do TAC da Suinocultura foi um aspecto positivo, pois foi constatada a importância do esclarecimento de dúvidas sobre diferentes aspectos da produção, bem como a oportunidade de se comunicarem diretamente com a Promotoria Pública. Mesmo com a realização de dias de campo, palestras e esclarecimento de dúvidas aos suinocultores, a mudança de pensamento dos mesmos ainda é difícil de ser vista. Os produtores querem seguir as formas tradicionais de produção e não admitem deixar de produzir em determinadas áreas.

Muitos produtores, principalmente aqueles que possuem bovinocultura de leite, manifestaram que uma das principais razões para permanecerem na suinocultura se deve à possibilidade de aproveitarem os dejetos suínos para adubação das áreas de pastagem utilizada na alimentação dos bovinos. Portanto, nesses casos os gastos com o destino dos dejetos de suínos são menores.

Por outro lado, vários produtores já paralisaram as suas atividades. O problema ambiental foi apenas o propulsor de um processo que já estava previsto para acontecer, motivado principalmente pela baixa rentabilidade da atividade e pela falta de mão-de-obra nas propriedades, que são predominantemente conduzidas com o emprego da mão-de-obra familiar.

O envelhecimento dos suinocultores é um fato incontestável, percebendo-se poucas propriedades onde existem possíveis sucessores. De acordo com Bourdieu (2000), os filhos vão percebendo e internalizando as comparações entre os modos de vida rural e urbano, acionando um comparativo entre os dois mundos ou modos de vida, podendo ocasionar uma visão majoritariamente negativa da condição agrícola. Nesse caso, os filhos podem querer ou não querer reproduzir a ocupação dos pais, podendo optar pela saída do



meio rural ao perceberem as ocupações urbanas como melhores e mais bem remuneradas, quando comparadas com a agricultura.

Além das perspectivas de melhor remuneração no meio urbano, a carga de trabalho da suinocultura é alta e onerosa. Sendo assim, constata-se que muitos produtores demonstram insatisfação com a atividade e afirmam que seus filhos não pretendem continuar com a atividade suinícola e nem mesmo no meio rural.

4. CONCLUSÕES

Considerando-se as ações que estão sendo implementadas no âmbito das propriedades signatárias do TAC visitadas pelos membros do Comitê Regional da Suinocultura, constata-se que o Termo estimulou a realização de inúmeras e importantes melhorias ambientais nas propriedades, principalmente aquelas relacionadas às adequações nas instalações e estruturas de armazenamento e manejo dos dejetos. Além disso, proporcionou a segurança necessária para que os suinocultores pudessem continuar produzindo.

Todavia, percebe-se a necessidade de que as medidas previstas estejam associadas ao efetivo acompanhamento técnico e educativo, pois algumas medidas estão sendo cumpridas de forma meramente burocrática, como é o caso da mata ciliar, reserva legal e a aplicação dos dejetos no solo, haja vista que muitos produtores não entendem a importância ambiental do cumprimento dessas exigências da legislação.

5. LITERATURA CITADA

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CRIADORES DE SUÍNOS. **Relatório Anual - 2009**. Concórdia-SC, 2009. Disponível em: <<http://www.accs.org.br/index.php?id=7>> (Acessado em 2 de abril de 2011).

BELLI, P.; CASTILHOS, A.B.; DA COSTA, R.H.R.; SOARES, S.R. et al. Tecnologias para o tratamento de dejetos de suínos. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, Campina Grande, jan./abr., v.5, n.1, p.166-170, 2001.

BOURDIEU, P. Reprodução proibida: A dimensão simbólica da dominação econômica. In: **O campo econômico: A dimensão simbólica da dominação**. Campinas: Papirus, 2000.

GUIVANT, J.S.; MIRANDA, C. As duas caras de Jano: agroindústrias e agricultura familiar diante da questão ambiental. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.16, n.3, set./dez., p.85-128, 1999.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Termo de compromisso de Ajustamento de Condutas/Programa Amauc – Consórcio Lambari**, 2004. Disponível em: <<http://www.accs.org.br/2008/tac.php>> (Acessado em 25 de abril de 2011).

PERDOMO, C.C.; LIMA, G.J.M.M.; NONES, K. **Produção de suínos e meio ambiente**. 9º Seminário Nacional de Desenvolvimento da Suinocultura, Gramado-RS. p.8-24, 2001.